



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 1/23

ACTA N.º 3/2016

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DE 2016:

Aos 29 dias do mês de Abril do ano de 2016, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do concelho, desta Vila de Golegã, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – Substituição da Representante na Comissão Alargada, Senhora D. Maria de Fátima Amado Garcia Contente;**
- 3. MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA REABILITAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS NA CIMLT - *Aprovação*;**
- 4. RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2015;**
 - 4.1. Apreciação e Votação;**
 - 4.2. Proposta de Aplicação de Resultados – *Aprovação*;**
 - 4.3. Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município;**
- 5. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA GOLEGÃ CENTRO – ARU 6 – Golegã Centro – *Aprovação*;**
- 6. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS CIRCUITOS TURISTICOS EM CARRO DE CAVALOS DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ – *Aprovação*;**
- 7. PROJETO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ – *Aprovação*;**

Estiveram presentes todos os membros da Assembleia Municipal, à exceção dos membros Senhores José Tavares Veiga Silva Maltez, Victor Manuel Borges da Costa, João Nuno Pedruco Delgado, Rui José Canhoto Rodrigues, D. Ana Rita Estevão Jejum, Francisco Manuel da Silva



Rufino, Manuel Jorge Diez dos Santos, Pedro José Rodrigues Ramalheira de Azevedo e António Carlos da Costa Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã. -----

----- De harmonia com o estipulado nos artigos 78º e 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugados com o artigo 18º, do Regimento da Assembleia Municipal, os membros Senhores José Tavares Veiga Silva Maltez, Victor Manuel Borges da Costa, Rui José Canhoto Rodrigues, D. Ana Rita Estevão Jejum, Francisco Manuel da Silva Rufino, Manuel Jorge Diez dos Santos e Pedro José Rodrigues Ramalheira de Azevedo, requereram a sua substituição, por ausência inferior a 30 dias, sendo os mesmos substituídos, na presente Sessão, pelos Senhores D. Amélia Anderson Serrão de Faria Pereira, António Pereira Batista, Carlos Jorge Azevedo Gonçalves, D. Dulce Marisa Barreiros Martinho, D. Catarina Isabel Nuncio Guia Rosa Corte, Carlos Alberto de Jesus Gonçalves Paula Simões e José Manuel Domingues Eusébio, respetivamente. -----

----- O membro Senhor António Carlos da Costa Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, antecipadamente, informou que se faria representar, na Sessão Ordinária de hoje, pelo seu substituto legal, Senhor Mário Augusto Lopes Moço. -----

----- Em virtude de se encontrar a recuperar de uma intervenção cirúrgica, o membro Senhor João Nuno Pedruco Delgado, informou que também não poderia estar presente na Sessão Ordinária de hoje. -----

----- Igualmente esteve presente o Senhor Engº. Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, bem como o Senhor Engº. Carlos Manuel Matos Asseiceiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal e ainda os Vereadores Senhores, Drª. Ana Isabel Madeira Mota Sampaio Caixinha Duque e Engº. José António Godinho Lopes. -----

----- Em virtude do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José Veiga Maltez, não poder estar presente na Sessão de hoje, o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Alam Pereira, assumiu a Presidência da Mesa e convidou a membro Senhora D. Maria de Fátima Simões Marques Gonçalves, para exercer o cargo de Segunda Secretária, passando a Segunda Secretária, Senhora D. Ana Filipa Garcia Contente, a exercer o cargo de Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente, quando eram 21 horas e 15 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, após cumprimentar todos os presentes, declarou então aberta a Sessão e informou que os membros Senhores José Tavares Veiga Silva Maltez, Victor Manuel Borges da



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 3/23

Costa, Rui José Canhoto Rodrigues, D. Ana Rita Estevão Jejum, Francisco Manuel da Silva Rufino, Manuel Jorge Diez dos Santos e Pedro José Rodrigues Ramalheira de Azevedo, requereram a sua substituição sendo, os mesmos substituídos na presente Sessão, pelos Senhores D. Amélia Anderson Serrão de Faria Pereira, António Pereira Batista, Carlos Jorge Azevedo Gonçalves, D. Dulce Marisa Barreiros Martinho, D. Catarina Isabel Núncio Guia Rosa Corte, Carlos Alberto de Jesus Gonçalves Paula Simões e José Manuel Domingues Eusébio, respetivamente. -----

----- Informou ainda que o Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, Senhor António Carlos da Costa Camilo, comunicou que, na Sessão Ordinária de hoje, se faria representar pelo seu substituto legal, Senhor Mário Augusto Lopes Moço, e que o membro Senhor João Nuno Pedruco Delgado, em virtude de se encontrar a recuperar de uma intervenção cirúrgica, informou igualmente, que não poderia estar presente nesta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. ----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, solicitou a dispensa da leitura da Acta da Sessão Ordinária realizada no dia 3 de Fevereiro de 2016 uma vez que, antecipadamente, a mesma, foi distribuída a todos os seus membros. -----

----- Colocada à votação, a Acta da Sessão Ordinária realizada no dia 3 de Fevereiro de 2016, foi aprovada, por **maioria**, com duas abstenções, de harmonia com o nº 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, sem a participação dos membros Senhores D. Amélia Anderson Serrão de Faria Pereira, António Pereira Batista, Carlos Jorge Azevedo Gonçalves, D. Dulce Marisa Barreiros Martinho, D. Catarina Isabel Núncio Guia Rosa Corte, Carlos Alberto de Jesus Gonçalves Paula simões, José Manuel Domingues Eusébio e Mário Augusto Lopes Moço, por não terem estado presentes na Sessão a que a Acta se refere. -----

----- O membro Senhor André Gabriel pediu a palavra para dizer que se abstiveram na votação desta Ata em virtude de estarem a aguardar uma cópia da gravação da mesma e, muito recentemente, lhes ter sido comunicado que eventualmente a mesma não seria possível ser-lhes facultada, acrescentando que, pelo mesmo motivo, irão tomar a mesma posição na votação da Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do dia 10 de Março de 2016. -----

----- O membro Senhor Carlos Simões usou de seguida da palavra para solicitar que, se possível, lhe fosse cedida uma cópia da Ata da Sessão Extraordinária do dia 10 de Março. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício solicitou a dispensa da leitura da Acta da Sessão Extraordinária realizada no dia 10 de Março de 2016 uma vez que, antecipadamente, a mesma, foi distribuída a todos os seus membros. -----

----- Colocada à votação, a Acta da Sessão Extraordinária realizada no dia 10 de Março de 2016, foi aprovada, por **maioria**, com três abstenções, de harmonia com o nº 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, sem a participação dos membros Senhores D. Amélia Anderson Serrão de Faria Pereira, António Pereira Batista, Carlos Jorge Azevedo Gonçalves, D. Dulce Marisa Barreiros Martinho, Carlos Alberto de Jesus Gonçalves Paula simões, José Manuel Domingues Eusébio e Mário Augusto Lopes Moço, por não terem estado presentes na Sessão a que a Acta se refere. -----

----- Entrou-se então, no Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, perguntado se havia algum membro da Assembleia que quisesse apresentar Propostas, Moções, Votos de Louvor, de Pesar, etc. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, deu conhecimento de toda a correspondência recebida, informando que, a mesma, se encontra à disposição dos membros que a quiserem consultar. Informou, igualmente, que as faltas registadas nas Sessões Ordinária, realizada no dia 3 de Fevereiro e Extraordinária, realizada no dia 10 de Março de 2016, foram devidamente justificadas. -----

----- Após esta intervenção o membro Senhor Carlos Simões pediu a palavra para, na sequência da aprovação da Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 10 de Março de 2016, solicitar que fosse distribuída por cada uma das bancadas uma cópia da Newsletter nº 52, de 10 de Fevereiro de 2016, emitida pelo PSD, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 1, a fim de que após a sua distribuição possa apresentar um voto de protesto. -----

----- Ainda no uso da palavra, o membro Senhor Carlos Simões, procedeu de seguida à leitura de um voto de protesto contra a atitude do Grupo Municipal do Partido Socialista e do seu líder, Senhor André Gabriel, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 2. -----

----- Após a leitura deste documento, o membro Senhor Carlos Simões, acrescentou ainda que se alguém tiver dúvidas sobre quem escreveu sobre falsificação de assinaturas poderá colocar à disposição de toda e qualquer bancada a cópia do Jornal “O Mirante” onde isso está escrito, não ouvindo o Partido Socialista referir-se ou acusar o “Mirante” de difamação. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 5/23

----- Terminou a sua intervenção referindo que este voto de protesto será colocado à votação se a Bancada do Partido Socialista, pela voz do membro Senhor André Gabriel, não pedir formalmente desculpas ao PSD da Golegã por aquilo que afirmou na última Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- O membro Senhor André Gabriel usou de seguida da palavra para dizer que tomou conhecimento da Newsletter através das redes sociais. Lamenta o facto de o mesmo não vir acompanhado do “post” que, de acordo com a informação que tem, nesse texto vinha lá escrito que havia falsificação de assinaturas, no entanto, referiu que vão ter que aguardar pelo acesso às gravações para saber quem é que disse o quê e de que forma é que disse. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que na última Sessão da Assembleia Municipal deixou bem claro que também a Comunicação Social denegriu e afirmou que havia falsificação, não se referindo única e exclusivamente ao PSD, daí a razão da necessidade de ter acesso na íntegra aquilo que foi dito para que não haja dúvidas. -----

----- Terminou a sua intervenção afirmando que, se provar que efetivamente isso não foi dito, será o primeiro a pedir desculpas por tal ato. -----

----- O membro Senhor Carlos Simões, de novo no uso da palavra, afirmou que a citada Newsletter foi publicada, na página Golegã Concelho Rumo ao Futuro, no dia 10 de Fevereiro, às 17 horas e 6 minutos e não tem rigorosamente referência alguma à falsificação de assinaturas.

----- Que no dia 11 de Fevereiro, às 9 horas e 17 minutos da manhã um “post” novamente que diz: “ecos na comunicação social regional da mais recente polémica envolvendo a bancada do PS na Assembleia Municipal da Golegã em O Mirante” -----

----- Depois disso, em 12 de Fevereiro, houve ainda uma publicação que falava das razões do voto contra o Orçamento para 2016, de um artigo de opinião do Presidente da Comissão Política do PSD sobre os dois anos de mandato e ainda as razões do seu Vereador em abdicar do gabinete que também lhe estava adstrito, pelo que frisou que este assunto não voltou a ser referido em lado algum, seja na página do PSD da Golegã, seja na página Golegã Concelho Rumo ao Futuro que, neste momento, só ao PSD da Golegã diz respeito. -----

----- Terminou a sua intervenção solicitando que fosse então colocado à votação o seu voto de protesto. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, submeteu o voto de protesto apresentado pelo membro Senhor Carlos Simões á votação. -----

----- O mesmo foi aprovado, **por maioria**, com seis votos contra e uma abstenção. -----

----- O membro Senhor Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, pediu a palavra para fazer uma declaração de voto. Referiu que votou favoravelmente este assunto porque teve a oportunidade de ler na hora aquilo que foi publicado na página do PSD e porque de facto na última Assembleia o membro Senhor André Gabriel afirmou que eles tinham falsificado assinaturas. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos pediu a palavra para, igualmente, fazer uma declaração de voto, afirmando que faz suas as palavras proferidas pelo membro Senhor Victor Guia. Realçou ainda o facto de que não só, da parte do PSD não foi dito nada, assim como nesta Assembleia nem sequer na Comissão, que tratou deste assunto, alguma vez foi dito que existia falsificação de assinaturas. -----

----- O membro Senhor André Gabriel usou da palavra para perguntar se lhe garantiam a cópia da gravação, tendo para o efeito, o Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, respondido que, conforme anteriormente já lhe tinha sido transmitido, teria que se dirigir diretamente aos serviços da Assembleia Municipal para fazer a audição das respetivas gravações uma vez que não existe a possibilidade de fazer cópia das mesmas. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos pediu de novo a palavra para perguntar a razão pelo qual a Federação Equestre Portuguesa abandonou a parceria de gestão do Hippos. -----

----- Perguntou também qual é a posição da Câmara Municipal relativamente à pretensão da Federação Equestre Portuguesa em ficar com a gestão e exploração do Hippos, por um período de 10 anos e se isso não traz qualquer constrangimento ao projeto e à candidatura que foi feita para a obra em causa. -----

----- Ainda no uso da palavra perguntou se houve mais alguns desenvolvimentos por parte das Infra Estruturas de Portugal em relação à Estrada Nacional 365, perguntando, igualmente, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, se houve alguma resposta sobre esta matéria relativamente à missiva que esta Assembleia Municipal aprovou e enviou para as Infra Estruturas de Portugal. -----

----- Foi-lhe então respondido que até ao momento não tinha chegado aos serviços da Assembleia, qualquer resposta relativamente a esse assunto. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 7/23

----- Face a esta informação o membro Senhor Carlos Santos propôs que, a mesma, seja novamente enviada uma vez que, como é do conhecimento geral, a estrada está cada vez pior e quando chove então é uma verdadeira lástima. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para, relativamente à questão do Centro de Alto Rendimento, esclarecer que a Federação Equestre Portuguesa começou por estar na Comissão de Gestão Local, passe a expressão, com um pé dentro e outro fora, apenas por imposição legal. -----

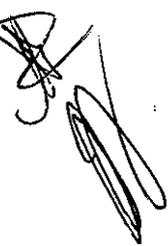
----- Num segundo momento passou a estar fora que é onde oficialmente está neste momento porque entretanto não concordou, ao contrário do IPDJ e da Fundação do Desporto, com um contrato celebrado com uma empresa que ainda desenvolve atividades no Centro de Alto Rendimento. -----

----- Agora quer estar dentro sendo que, a posição da Câmara Municipal, sempre foi a mesma uma vez que considerava, considera e considerará no futuro que é fundamental que a Federação Equestre Portuguesa faça parte deste projeto, não por obrigação, mas sim porque é um parceiro fundamental tendo isso mesmo sido transmitido ao Senhor Secretário de Estado, ao Senhor Presidente do IPDJ e ao Senhor Presidente da Fundação do Desporto. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que, após o final da Feira Nacional do Cavalo de 2015, houve um manifestar de intenção, por parte da Federação Equestre Portuguesa, na pessoa do seu Presidente, em querer estar efetivamente e que isso se concretizaria através da possibilidade de poder passar a gerir e a explorar o Centro de Alto Rendimento. Como é óbvio, a Câmara Municipal não disse que não, estando neste momento, a desenvolver esse assunto não estando ainda, o mesmo, concluído. Referiu ainda que acautelados e salvaguardados um conjunto de questões entende que é bom isso vir a acontecer. -----

----- Relativamente à Estrada Nacional 365 esclareceu que, obviamente, participou ao Senhor Secretário de Estado, acrescentando que amanhã espera ter a oportunidade de lhe fazer ver e fazer sentir aquilo que efetivamente são as condições atuais não só da Estrada 365 mas também de alguns mais que entretanto carecem de decisões políticas. -----

----- Relativamente ainda à questão do Centro de Alto Rendimento referiu que todas estas posições, quer da Câmara Municipal, quer da Federação Equestre Portuguesa, estão escritas pelo que, quando chegar o momento, terá todo o gosto em partilhar com a Câmara Municipal e com



os seus Vereadores todas essas informações e tudo aquilo que tem sido a posição da Câmara Municipal. -----

----- Usou de seguida da palavra o membro Senhor Carlos Simões para questionar se tudo aquilo que foi agora dito relativamente ao Centro de Alto Rendimento é do total conhecimento de qualquer um dos Vereadores da Câmara Municipal da Golegã. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para esclarecer que não é do conhecimento dos Vereadores da Câmara Municipal da Golegã. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Carlos Simões questionou como é que este assunto, para ser trazido à Assembleia Municipal, é do conhecimento público e não é do conhecimento dos Vereadores, tendo para o efeito, o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal referido que, essa é uma boa pergunta, mas não sabe responder. -----

----- O membro Senhor Carlos Simões, usou novamente da palavra, para perguntar se não se estaria perante o caso de ignorar os Vereadores da oposição. -----

----- Relativamente a esta questão, o Exmo Senhor Presidente do Executivo afirmou que, da parte do Presidente da Câmara Municipal, seguramente não está, repetindo de seguida aquilo que já havia dito, ou seja, que quando o assunto tiver que ser presente à Câmara Municipal toda a informação será anexada para todos terem conhecimento e poder deliberar. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Carlos Simões referiu que aquilo que lhe parece é que quando este assunto chegar à reunião de Câmara já está tudo decidido e a única coisa que os Vereadores da oposição podem fazer é votar contra. Então o Senhor Presidente usará o voto de qualidade para aprovar. Terminou a sua intervenção referindo que esta não é a forma mais correta de tratar este tipo de assuntos. -----

----- O Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não concorda com aquilo que o membro Senhor Carlos Simões acabou de dizer uma vez que o assunto não está resolvido e não estará na estrita medida de que não usará o seu voto de qualidade se tivermos um mau acordo e como pretende ter um bom acordo, entretanto, terá uma posição se assim acontecer. -----

----- Relativamente à Estrada Nacional 365, o membro Senhor Carlos Simões, teceu para o efeito diversas considerações sobre esta matéria e recordou a posição da Junta de Freguesia da Azinhaga que foi feita chegar à Assembleia da República reforçada com um relatório que passou a integrar a decisão final da Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 9/23

----- Terminou a sua intervenção referindo-se ao acordo de parceria e à criação do órgão de gestão da OngaTejo, solicitando à Câmara Municipal que respeite aquilo que foi pedido em Maio de 2014 uma vez que isso não é uma questão política é sim uma questão da Assembleia ser informada por parte do representante da Câmara Municipal no órgão de gestão de uma forma privilegiada e não pela comunicação social ou pelo facebook. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para perguntar ao membro atrás citado se quando disse OngaTejo se queria referir ao Órgão de Gestão da Biosfera, tendo este confirmado que, efetivamente, era essa a entidade que queria referir. -----

----- De novo no uso da palavra o Exmo Presidente do Executivo Municipal esclareceu que efetivamente falta produzir esse documento que o fará chegar com a maior brevidade para se deixar de estar em falta com aquilo que foi deliberado pela Assembleia Municipal. -----

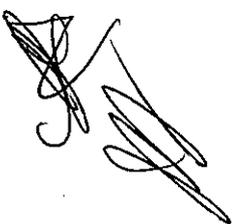
----- Relativamente ao problema da Estrada Nacional 365, que se vem arrastando há bastante tempo, referiu que gostaria que se pudesse ter, ainda durante este mandato, algo que fosse um compromisso para que se pudesse inscrever em termos de instrumento, planeamento e orçamento de estado a verba necessária para se fazer todo um conjunto de intervenções na Estrada Nacional 365 esperando ter boas notícias relativamente a esta matéria. -----

----- De seguida a membro Senhora D. Isabel Ponciano pediu a palavra para solicitar que fosse feito o ponto de situação relativamente a um pedido que fez sobre uns registos biométricos. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal para informar que já foram feitas as inquirições e no âmbito do desenvolvimento normal do processo estará a ser produzida informação final sobre o mesmo pelo que oportunamente será dado conhecimento. ----

----- O membro Senhor Luís Filipe Júlio, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, pediu a palavra para chamar à atenção para um problema que está devidamente identificado que é o tempo que a EDP demora a fazer a substituição das lâmpadas da iluminação pública que se encontram fundidas. Referiu que a Câmara Municipal tem mecanismos, porque está a pagar, para acabar com esta situação de uma vez por todas porque continua a ser um problema 6 meses depois de estar identificado, tendo para o efeito, o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal registado esta situação. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos usou da palavra para, ainda em relação à questão do Hippos, esclarecer que aquilo que referiu na sua intervenção faz parte do Relatório da Direção da Federação Equestre Portuguesa. -----



----- Relativamente a esta questão o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal esclareceu que, embora não tenha estado presente, teve conhecimento que este assunto foi tratado no Congresso da Federação Equestre Portuguesa. Que não falou e não se pronunciou publicamente sobre esta matéria porque ele está em desenvolvimento. Garantiu mais uma vez que se não se obtiver um acordo que vá ao encontro daquilo que devem ser a salvaguarda das posições da Câmara Municipal e de um conjunto de entidades e Associações Equestres que estão sediadas no Concelho da Golegã, esse acordo não será feito. -----

----- A membro Senhora D. Isabel Ponciano também se pronunciou sobre esta questão procedendo, inclusive, à leitura da página 6 do relatório da Direção Federação Equestre Portuguesa, onde se referem as razões que levaram a FEP a abandonar a Comissão de Gestão do Hippos. -----

----- O membro Senhor Carlos Simões pediu a palavra para lançar um desafio ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que é o de se conseguir, na tomada de posse da próxima Assembleia Municipal de 2017, ter já a transmissão on line das Sessões da Assembleia Municipal de acordo com aquilo que foi aprovado, por unanimidade, por esta Assembleia há 3 anos. -----

----- O membro Senhor André Gabriel voltou de novo à questão da Estrada Nacional 365 para dizer que se recorda que foi deliberado constituir uma Comissão da E N 365 no sentido de se poder ter uma voz mais ativa relativamente a esta matéria, pelo que solicitou que esta situação fosse revista e que se começasse a trabalhar nesse sentido. Referiu no entanto que, caso esteja equivocado e efetivamente essa Comissão não tivesse sido constituída que, a mesma, fosse então constituída. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, neste período de antes da ordem do dia, passou-se de imediato ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **1. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;** -----

----- Foi presente o documento elaborado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal que consta de um relatório das atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal no período compreendido entre a última e a presente Sessão, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 3. -----

----- Antes de dar a palavra aos membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, informou que, por lapso, foi indicado na convocatória, para esta



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 11/23

Sessão, que o Ponto 4.3 da Ordem de Trabalhos seria para aprovação quando na realidade, o mesmo, será apenas para apreciação. -----

----- Feita esta correção, o membro Senhor Carlos Simões pediu a palavra para, relativamente, ao Pelouro da Educação, solicitar ao Senhor Presidente do Executivo Municipal que transmitisse à Assembleia aquilo que, certamente, disse na Assembleia de Pais quanto à questão do amianto existente nas escolas. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal, usou então da palavra para responder e dizer que, no fundo, aquilo que transmitiu nessa reunião foi que houve por parte do novo Ministro da Educação uma assunção em retomar aquilo que entretanto foi interrompido relativamente à remoção, das escolas do Pais, que tinham ainda coberturas, ou outro tipo de equipamentos, em fibrocimento e que isso iria ser planeado e calendarizado. Esclareceu que teve a oportunidade de solicitar uma audiência e que irá estar na próxima terça-feira com a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação onde este assunto irá ser debatido. -----

----- Informou, igualmente, que foi feito um levantamento relativamente aos custos que essa intervenção comportará e que o deixará à Tutela. Que assumiu um compromisso que se houver atualmente uma situação de perigosidade e se não houver uma intervenção célere por parte da Tutela a Câmara Municipal terá que se substituir para fazer essa intervenção, não só em relação à cobertura dos edifícios mas também em relação aos espaços comuns de recreio. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **2. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – Substituição da representante na Comissão Alargada, Senhora D. Maria de Fátima Amado Garcia Contente;** -----

----- Deram entrada na Mesa da Assembleia Municipal duas propostas, uma apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal Movimento Força GAP, designada por Lista A, propondo a Senhora D. Amélia Anderson Serrão de Faria Pereira como representante na Comissão Alargada da CPCJ, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 4. -----

----- A outra, designada por Lista B, foi apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista, propondo a Senhora D. Ana Rita Estevão Jejum como representante na Comissão Alargada da CPCJ, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 5.

----- Uma vez que estava em causa o juízo de valor sobre pessoas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, informou que esta votação se processaria por escrutínio secreto. -----

----- Decorrida a votação foi aprovado, **por maioria**, com 10 votos a favor nomear a Senhora D. Amélia Anderson Serrão de Faria Pereira como representante da Assembleia Municipal na Comissão Alargada da CPCJ, em substituição da Senhora D. Maria de Fátima Amado Garcia Contente. -----

----- De seguida passou-se ao Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte:

----- **3. MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA NOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS DA CIMLT – Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 4 de Abril de 2016, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 6.

----- Igualmente foi presente a minuta de adenda ao contrato que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 7. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, submeteu o **Ponto 3. MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA NOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS DA CIMLT**, à votação. --

----- Aprovado, **por unanimidade**. -----

----- Seguidamente passou-se ao Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **4. RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2015:** -----

----- **4.1. Apreciação e Votação;** -----

----- **4.2. Proposta de Aplicação de Resultados – Apreciação;** -----

----- **4.3 Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 18 de Abril de 2016, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 8. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 13/23

----- Igualmente foram presentes os documentos em apreço que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 9. -----

----- Pediu a palavra o membro Senhor Carlos Simões para referir que o Orçamento e as GOP são propostas pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal para votação e aprovação. No caso das Contas do Exercício, estas são aprovadas pela Câmara Municipal sendo que não tem o voto da Assembleia Municipal qualquer efeito vinculativo nas mesmas pelo que, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que autorizasse a intervenção dos técnicos do Município no sentido de esclarecerem esta situação para poder votar em consciência uma vez que, de facto, não se estão a chumbar as contas do exercício porque, segundo julga saber, isso não iria ter qualquer consequência junto da aprovação, das mesmas, pelo Tribunal de Contas. ----

----- Ainda no uso da palavra referiu que fizeram uma consulta junto de quem os poderia informar, procedendo de seguida, à leitura daquilo que lhes foi dito sobre este assunto. -----

----- Após a leitura deste documento, o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal, usou da palavra para dizer que, na sua opinião, aquilo que a Assembleia deve fazer é seguir e adotar o que a Lei 75 determina em relação aos documentos de Prestação de Contas. -----

----- De seguida usou da palavra o membro Senhor Carlos Santos para, relativamente a esta matéria, dizer que o que a Assembleia faz é aquilo que deve fazer, ou seja, é única e exclusivamente fiscalizar uma vez que a Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador do Município. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que os documentos que foram apresentados, efetivamente, são bastante claros em relação à execução orçamental estando, inclusivamente, feitas algumas correções para as quais chamou à atenção nos anos anteriores. -----

----- Após ter feito uma breve análise às contas afirmou, relativamente, à questão da evolução da dívida que, a mesma, em relação a 2014 reduziu 11% mas, verificou que nessa data, a dívida para com os fornecedores de conta corrente subiu cerca de 100% sendo verdade que neste momento desceu 50%. -----

----- Referiu ainda que, efetivamente, existe um esforço da Câmara Municipal em tentar pagar aos fornecedores de conta corrente, referindo igualmente que de há 4 anos a esta parte não havia uma dívida a fornecedores de imobilizado tão baixa como agora. -----



----- Ainda no uso da palavra chamou à atenção para um erro que se verifica na página 18, onde se refere que a despesa de capital reduziu sendo que, a mesma, efetivamente, subiu 10,76%. Pelo que solicitou a correção dessa situação. -----

----- Relativamente à página 23, referiu que o valor que consta no quadro de comparação de proveitos, se for feita a análise com a demonstração de resultados, verifica-se que os proveitos não batem certo pelo que solicitou que fosse feita também esta correção. -----

----- Teceu de seguida diversas consideração relativamente à contabilidade de custos referindo que, no seu entender, os centros de custos deveriam dar o mesmo resultado que deu o exercício de 2015 e aquilo que verifica é que se somarem os resultados de todos os centros de custos o Município teve um resultado negativo de cerca de 9 milhões e 228 mil euros quando, efetivamente, o resultado líquido do exercício são 163 mil euros. -----

----- Por não ter grandes conhecimentos de contabilidade de custos e por não saber se esta sua análise está ou não correta, solicitou esclarecimentos sobre esta matéria. -----

----- No que diz respeito ao balanço teceu igualmente diversas considerações referindo que o mesmo segundo a análise que fez está errado pelo que também solicitou esclarecimentos quanto a esta matéria. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para relativamente à questão dos fornecedores e à diminuição da dívida referir que é pertinente segmentar a informação porque se aos fornecedores de conta corrente fora do Concelho se está acima do prazo que se deveria estar, em relação aos fornecedores do Concelho, normalmente, estão a baixo dos 90 dias e isso representa um valor entre 30 a 40 mil euros por mês. -----

----- Relativamente à questão dos reparos e aos respetivos pedidos de correção informou que, os mesmos, irão ser feitos. -----

----- Em relação aos pedidos de esclarecimento congratulou-se por, em relação aos documentos de prestação de contas, ter sido a primeira vez que foi apresentada a contabilidade de custos sendo certo que esta permite ter mais e melhor informação. -----

----- Quanto às questões técnicas deu a palavra à Dr^a Helena Romão para esta prestar os esclarecimentos devidos. -----

-----Relativamente à contabilidade de custos esclareceu que a tabela que está na página 28 está correta uma vez que não pode ser feita a leitura da soma das contas 92, 93, 94 e 95, explicando as razões pelo qual isso não pode acontecer. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 15/23

----- Relativamente ao balanço referiu que este é um mapa que foi extraído diretamente da aplicação e que foi validado pelo ROC. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Carlos Santos disse que independentemente do documento ter sido validado pelo ROC se se fizer a conta, o mesmo, está errado, porque o valor em falta tem que estar noutro lado. -----

----- O membro Senhor Carlos Simões pediu a palavra para dizer que sendo um leigo nesta matéria aquilo percebe nesta prestação de contas é que na dívida a curto prazo, a dívida a fornecedores de conta corrente não deixa de ser o segundo pior resultado dos últimos 11 anos, porque o pior foi em 2014 e de 2014 para 2015 a redução da dívida foi de cerca de 6%. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que a dívida a fornecedores de conta corrente continua a revelar-se um problema crónico e que os fornecedores de conta corrente continuam a financiar a Câmara Municipal. Referiu, igualmente, que se em relação à dívida de fornecedores de imobilizado há um bom registo também não deixa de ser claro que os anos de 2014 e 2015 foram claramente de desinvestimento. -----

----- Relativamente à despesa e à receita corrente afirmou que é um facto que a despesa corrente regista o valor mais elevado dos últimos 11 anos tendo, no atual mandato, a despesa corrente crescido cerca de 650 mil euros sendo certo que a receita corrente tem vindo a acompanhar este aumento da despesa mas o problema é que o saldo corrente tem vindo a diminuir. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para afirmar que, como é sabido, os números permitem diversas interpretações, referindo que é necessário saber identificar o que é que está na origem de algumas destas situações. É um facto que em 2013 se aumentou o limite de endividamento mas, por via da penalização do Centro de Alto Rendimento, deixou de se receber cerca de 640 mil euros. Acrescentou que até Junho de 2013, pela primeira vez, o Município da Golegã saiu dos Municípios com prazos médios de pagamento a mais de 90 dias e este foi um facto marcante porque até aí havia uma tendência de diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores. A partir de 2013 houve uma inversão sendo essa inversão feita da seguinte forma, deixou-se de receber receita de investimento por via da participação havendo necessidade de alocar receita corrente para pagar despesa de investimento. -----

----- Ainda no uso da palavra esclareceu que com mais o esforço que este ano se teve que fazer conseguiu-se uma redução ainda maior da dívida. Referiu ainda que sem comprometer uma série



de serviços não é possível, num espaço de um ano ou dois, inverter novamente esta tendência que se vinha conseguindo. -----

----- Afirmou que se não se conseguir a sustentabilidade da dívida e passar-se para um valor global na ordem dos 600/700 mil euros o futuro ficará seriamente comprometido e isso é um compromisso que aqui quer assumir e que, por 2017 ser um ano eleitoral, não será seguramente um ano para se abrirem os cordões à bolsa. -----

----- Realçou que, em relação à dívida, se tem vindo a fazer um esforço que é notório e que trouxe este ano uma diminuição global de 430 mil euros. -----

----- Relativamente à despesa e à receita referiu que é certo que a despesa corrente subiu mas também é certo que a receita corrente também subiu não tendo sido violado um princípio fundamental que é o princípio do equilíbrio orçamental. -----

----- Terminou esta sua intervenção afirmando que existem, acima de tudo, algumas debilidades relativamente ao prazo médio de pagamento. Que efetivamente já se esteve muito bem estando, neste momento, a fazer-se esse caminho para se voltar a estar bem e que isso obriga a rigor, contenção e à sustentabilidade da dívida. -----

----- Pediu de novo a palavra o membro Senhor Carlos Simões para dizer que se fala de uma evolução positiva da receita corrente mas, olhando para as contas, há uma coisa que salta à vista que é a taxa de execução do IMT que apresenta uma taxa de execução de 187% e que em relação ao período homólogo do exercício anterior subiu cerca de 142% e isso, com certeza, influiu determinadamente no crescimento da rúbrica dos impostos diretos, tendo para o efeito, o Exmo Senhor Presidente do Executivo interrompido para dizer que não porque a base neste últimos anos da receita do IMT tem sido pequena e um ligeiro aumento traduz-se numa percentagem elevada. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Carlos Simões referiu que era isso mesmo que ia para dizer porque isto resulta de fatores de contexto económico e tendo em atenção a situação do País, não acha que seja prudente considerar esta evolução da receita corrente como sendo o suficiente para assegurar o elevado nível da despesa. -----

----- Ainda no uso da palavra afirmou que não consideram que não foram tomadas algumas medidas que seriam boas para a captação de receita através da venda de bens de investimento. Deu como exemplo a decisão sobre a não alienação de 3 lotes na Freguesia da Azinhaga por



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 17/23

ajuste direto que era possível, no âmbito da Lei, quando existiam reais interessados na sua aquisição. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecer que isso foi o que tentaram fazer mas, no fundo, foram do ponto de vista jurídico, aconselhados a seguir outro caminho e foi isso que foi feito. Referiu que de acordo com um Regulamento que está em vigor, foram informados de que se teria que fazer a avaliação dos lotes e não só e foi isso que se fez. A avaliação foi feita por um avaliador reconhecido pela CMVM e a partir daí colocaram-se então, os lotes, em hasta pública, sendo esta a razão que impediu a venda diretamente. -----

----- Ainda em relação a esta questão o membro senhor Carlos Simões questionou o Senhor Presidente do Executivo municipal no sentido de lhe perguntar se ele garantia que não havia a possibilidade de opção de alienação por ajuste direto tendo, para o efeito, o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal esclarecido que aquilo que garante é a informação que lhe foi transmitida do ponto de vista jurídico e que os fez tomar esse caminho. -----

----- O membro Senhor Luís Filipe Júlio, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, usou de seguida da palavra para tecer diversas considerações relativamente à parte introdutória do documento em apreço e perguntar se o Senhor Presidente da Câmara Municipal podia dar alguns exemplos do que é que significa esta concessão de apoios a estratos sociais desfavorecidos, ou seja, que medidas concretas é que se está a falar e se pode dar exemplos do que é que uma família recebeu em 2015 do Município, inserido nesta área social e desta vulnerabilidade que está aqui bem identificada mas que, com estes mapas, não consegue ver em que rubrica é que está essa questão dos apoios sociais. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que, naturalmente, a junta de Freguesia do Pombalinho tinha expetativas em relação aos orçamentos de 2014 e 2015 e tanto assim foi que os votou favoravelmente. Como não vê essas expetativas traduzidas em todo este documento para o ano de 2016, ou seja, ainda não foi em 2014 e 2015 que verdadeiramente pode olhar para o orçamento de cerca de seis milhões e vê-lo na perspetiva de todo o território que agora não acaba no rio Almonda mas que vai até ao Rio Alviela sendo que será esta a razão pelo qual não votará a favor o documento agora em apreço porque, o mesmo, está com uma ausência ao nível de chegar de uma forma equilibrada e proporcional a todo o território. -----



----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para, relativamente à primeira questão, enumerar um conjunto de medidas centrado no apoio às pessoas, nomeadamente, na aquisição de medicamentos, nos arrendamentos habitacionais, no apoio à natalidade, bem como diversas intervenções em habitações de pessoas que, por exemplo, por dificuldade de mobilidade necessitam de, nos seus sanitários, passarem a ter um outro tipo de equipamento que lhes permita ter mais segurança e mais mobilidade. -----

----- Ainda centrado naquilo que são as políticas direcionadas às pessoas, realçou todo o apoio que é prestado bem como as medidas que têm vindo a ser introduzidas, pelo Município, direcionadas não só às pessoas como também às Associações e Instituições do Concelho. -----

----- Relativamente às contas de 2015 e ao Orçamento de 2014 e à gestão das expetativas, informou que, em relação ao Pombalinho deixaram bem claro, nomeadamente, em relação à delegação de competências que iriam alterar esse acordo para os anos de 2015 e 2016. -----

----- Esclareceu ainda que não o fizeram por mais nenhuma razão que não fosse a possibilidade de gerir orçamentos diferentes no ano de 2016 e no ano de 2017. -----

----- Relativamente a algumas intervenções que estavam previstas para estes dois anos e que não foram concretizadas referiu que acordaram com o Senhor Presidente da Junta um conjunto de apoios que ficaram plasmados no Orçamento de 2016 e que vão ao encontro dessas situações, estando isso a ser cumprido, dando como exemplo o recinto de Festas do Pombalinho.-----

----- Referiu ainda que, daqui a um mês ou dois, serão transferidos mais 6 mil euros para apoiar o projeto do Centro Comunitário e acima de tudo, ainda este ano, haverão de finalizar um conjunto de apoios que entretanto estavam pendentes e que, se tudo correr como está previsto, a obra da Rua de Santo António deve começar muito brevemente. -----

----- Terminou a sua intervenção afirmando que não tendo dúvidas de que as expetativas que os Pombalinhenses tiveram no momento em que decidiram vir para o nosso Concelho, algumas delas, podem estar não totalmente realizadas mas também tem a convicção que estão hoje melhor no nosso Concelho do que estariam se fossem uma Freguesia de uma União de Freguesias que entretanto se tivesse constituído. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, acerca deste Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, submeteu o **RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2015**, à votação, tendo-se verificado o seguinte resultado: -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 19/23

----- **4.1. Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2015;** -----

----- Aprovado, **por maioria**, com um voto contra do membro do Grupo Parlamentar Municipal do PSD e uma abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho. -----

----- Pediu a palavra o membro Senhor Carlos Simões para fazer uma declaração de voto e invocar as razões que o levaram a votar contra este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **4.2. Proposta de Aplicação de Resultados;** -----

----- Aprovado, **por unanimidade**. -----

----- O Ponto 4.3 **Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município**, não foi submetido à votação porque não carecia da mesma, apenas se tratava da sua apreciação. -----

----- O Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **5. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA GOLEGÃ CENTRO – ARU 6 – Golegã Centro – Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia da Ata da Reunião Extraordinária do Executivo Municipal realizada no dia 18 de Fevereiro de 2016, bem como os respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos nos documentos números 10 e 11. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, submeteu o **Ponto 5. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA GOLEGÃ CENTRO – ARU 6 – Golegã Centro**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**. -----

----- O Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **6. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS CIRCUITOS TURISTICOS EM CARRO DE CAVALOS DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ – Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada no dia 18 de Abril de 2016, bem como o respetivo Regulamento em apreço que se dão por integralmente reproduzidos nos documentos números 12 e 13. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, submeteu o **Ponto 6. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS**

CIRCUITOS TURISTICOS EM CARRO DE CAVALOS DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ,
à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade.** -----

----- O Sétimo e último Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **7. PROJETO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ – Aprovação;**

----- Foi presente cópia da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada no dia 18 de Abril de 2016, bem como o respetivo Regulamento em apreço que se dão por integralmente reproduzidos nos documentos números 14 e 15. -----

----- O membro Senhor Luís filipe Júlio, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, pediu a palavra para perguntar, relativamente aquele período de consulta pública, que alteração resultou ao documento e comunicou que, no último dia do prazo, enviou uma sugestão que, naturalmente, não tinha que ser seguida mas, como é evidente, também não têm que estar satisfeitos com algo que discordam. -----

----- Referiu que, na sua opinião, este documento não deveria ser aprovado uma vez que, o mesmo, tem vários equívocos, várias limitações, vai criar um conjunto de problemas, procura operacionalizar um conjunto de coisas e o resultado é o oposto deixando uma margem de decisão da Câmara Municipal que estiver, em cada momento, a apreciar os projetos das Associações. ----

----- Ainda no uso da palavra acrescentou que, pese embora, não ser muito relevante mas que do ponto de vista simbólico este deve ser o único Projeto de Regulamento que não refere uma única vez a palavra desporto e a palavra educação. -----

----- Após ter tecidos mais algumas considerações relativamente ao documento em apreço, informou que apesar de apresentar um conjunto de boas intenções no seu preâmbulo, depois não têm tradução nos critérios que a Câmara propõe que sejam os critérios que orientam a aprovação das candidaturas. É nesse sentido que discorda deste documento, não o votando contra porque não está contra mas que se irá abster por não estar satisfeito com o documento. -----

----- Terminou a sua intervenção sugerindo que o Município da Golegã, as Coletividades e Associações beneficiariam muito mais se este documento fosse ajustado para ser aprovado posteriormente. -----

----- Após esta intervenção e por se estar a atingir a meia-noite, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, propôs que se prosseguisse com a Sessão por forma a a



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 21/23

permitir a conclusão da sua Ordem de Trabalhos. -----
----- Colocada à votação, esta proposta, foi aprovada, **por unanimidade**. -----
----- De seguida, usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para, desde logo, começar por discordar sobre a necessidade de demorar mais tempo, não porque haja urgência na aprovação deste documento, mas sim porque não existe nenhum e aquilo que se pretende é apenas que passe a haver esse mesmo Regulamento. -----
----- Esclareceu que ao não aparecer a palavra desporto, é objetivamente assim, porque se está a trabalhar num outro Regulamento especificamente dedicado às Associações e aos Clubes Desportivos que não se inserem aqui, relativamente, aqueles que têm natureza cultural, social e inclusivamente religiosa. -----
----- Esclareceu, igualmente, de forma bastante detalhada a razão por que é que se começou por fazer esta distinção e de separar quem são os alvos deste projeto de Regulamento, não vendo aqui, antes pelo contrário, qualquer situação de perigosidade que, no fundo, permita ter algo que não vá ao encontro das nossas Associações. -----
----- Para terminar a sua intervenção, esclareceu ainda, que foram tidas em conta e em consideração as sugestões que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho apresentou mas, em cada momento, quem está, tem as suas ideias e sua forma de ver as coisas. --
----- Esclareceu igualmente que este documento não é estanque e a qualquer momento, desde que se queira, pode ser alterado e quem estiver no momento posterior, se assim o entender, tem a capacidade de o poder alterar e adaptar às realidades. -----
----- Prestados estes esclarecimentos, o membro Senhor Carlos Simões pediu a palavra para dizer que não é totalmente correto que não existisse nada antes deste Regulamento uma vez que tem à sua frente o programa de apoio a iniciativas das Associações que estabelece os critérios para atribuição de apoios a prestar pela Câmara Municipal e define o regime de concessão dos apoios a prestar anualmente pela Câmara Municipal da Golegã às Associações de Cultura Desporto e Recreio, aprovado em 2005. -----
----- De novo no uso da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal esclareceu que, independentemente disso, do ponto de vista legal, uma vez que houve regras que entretanto têm vindo a ser introduzidas e como estes apoios têm impacto exterior, esse impacto exterior, deve estar regulado pelo que, entende que devemos estar dotados, uma vez que todos ficam muito mais confortáveis com este Regulamento. -----



----- Após os membros Senhores Carlos Simões e Luís Filipe Júlio, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho terem tecido diversas considerações e colocado mais algumas questões, às quais, o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal respondeu, prestando os devidos esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, submeteu o **Ponto 7. PROJETO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ**, à votação. ---

----- Aprovado, **por maioria**, com uma abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, passou-se de imediato ao Período Destinado à Intervenção do Público. -----

----- Usou da palavra o munícipe Senhor Lúcio D'Oliveira para, relativamente, ao funcionamento da escola de Azinhaga que durante largos períodos tem, efetivamente, funcionado com pessoal auxiliar em menor número do que aquele que deveria ter, que têm tido turmas com alguma dimensão não muito recomendável e tendo no nosso Concelho uma outra escola com dezena e meia de alunos, com um professor, com uma educadora de infância e com dois funcionários, perguntou, na sua qualidade de Azinhaguense e encarregado de educação de alunos que frequentam a escola de Azinhaga, qual será a posição do Executivo Municipal para o próximo ano letivo depois de se verificar tudo isto e se a Câmara Municipal pondera voltar a pressionar o Ministério da Educação para que a escola do Pombalinho funcione. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para responder às questões colocadas e começou por responder a esta última. Respondeu que sim, que já tinha tido a oportunidade de lhe dizer que nem que fosse por um só aluno e se assim for, a Câmara pedirá sempre o estatuto de excecionalidade para que a escola do Pombalinho continue a funcionar uma vez que não cabe à Câmara Municipal apreciar do ponto de vista pedagógico se um estabelecimento deve ou não deve funcionar sendo essa uma matéria da Tutela. -----

----- Relativamente à questão dos auxiliares de ação educativa esclareceu que, em primeiro lugar, o Executivo Municipal, quer alcançar um quadro estável de auxiliares de ação educativa dentro dos nossos centros escolares. Sobre isso, informou que de acordo com aquilo que é o novo Orçamento de Estado está apenas a aguardar uma informação relativamente a um parágrafo que tem a ver com questões de natureza financeira. Acrescentou ainda que pela informação que possui até ao momento que, do ponto de vista do principio do equilíbrio orçamental se cumpre



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 23/23

esse critério, que dos limites de endividamento também se cumprem esses limites mas depois existem ali mais uns apêndices que pediram informação À DGAL para que, em definitivo, esclareçam sobre isso para se poder cruzar essa informação com os advogados e poder-se saber, sem margem para dúvidas, se se podem lançar procedimentos concursais. -----

----- Não havendo mais público a querer intervir e havendo necessidade de dar execução às deliberações tomadas na Sessão de hoje, foi deliberado, **por unanimidade**, nos termos do nº 3, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar em minuta os Pontos 2; 3, 4.1, 4.2, 5, 6 e 7 da Ordem de Trabalhos, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

----- Quando eram 0 horas e 30 minutos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, deu por encerrados os trabalhos que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada irá ser assinada com as devidas alterações e ou adendas que se julgarem convenientes. -----

O Presidente da Assembleia Municipal;

O 1º Secretário da Assembleia Municipal;